

Casa Krüger: reflexões sobre um patrimônio histórico edificado

Krüger House: reflections on a built historical patrimony

Casa Krüger: reflexiones sobre un patrimonio histórico edificado

Fernanda Dalonso¹
Mariluci Neis Carelli²
Dione da Rocha Bandeira³

Resumo: Este artigo tem como proposta refletir sobre o patrimônio histórico edificado Casa Krüger como um bem cultural, tratando-o como cultura material atravessada pelo processo de patrimonialização e inserida na paisagem dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. Essa casa, situada na Estrada Dona Francisca, em Joinville, foi construída entre 1890 e 1900 com a técnica do enxaimel. O tombamento estadual do imóvel ocorreu em 1994, e o federal, em 2007, passando a compor o conjunto de imóveis do roteiro, bens que integram a primeira chancela brasileira de

¹ Graduada em Psicologia, mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (Univille). Integrante do grupo de pesquisa Cultura e Sustentabilidade.

² Graduada em Serviço Social, mestra em Sociologia Política, doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular da graduação e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Realiza estudos na área de cultura e sustentabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio socioambiental, patrimônio natural, paisagens culturais e sustentabilidade.

³ Arqueóloga com graduação em Biologia, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora titular da graduação e do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, realiza estudos na área de cultura material, arqueologia e sustentabilidade e é arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

paisagem cultural no Brasil. A investigação apoiou-se em pesquisa bibliográfica e documental e registro fotográfico. Conclui-se que a patrimonialização da Casa Krüger foi um processo demorado e conflituoso. Atualmente é uma Central de Atendimento ao Turista e apresenta problemas de conservação.

Palavras-chave: patrimônio cultural; paisagem cultural; Casa Krüger; enxaimel; Joinville.

Abstract: This article aims to reflect on the historical heritage built Casa Krüger as a cultural asset, considering it as material culture crossed by the process of patrimonialization and inserted in the landscape of the National Roadmap of Immigration in Santa Catarina. This house located on Dona Francisca Road in Joinville was built between 1890 and 1900 with the enxaimel technique. The property State preservation order was issued in 1994 and the Federal preservation order in 2007, where assets part of the first Brazilian seal of cultural landscape in Brazil became the set of properties of the roadmap. The research was based on bibliographical and documentary research and photographic record. It has been concluded that the patrimonialisation of Casa Krüger was a time-consuming and conflicting process, currently it is a Tourist Assistance Center with conservation problems.

Keywords: cultural heritage; cultural landscape; Casa Krüger; enxaimel; Joinville.

Resumen: Este artículo tiene como propuesta reflexionar sobre el patrimonio histórico edificado Casa Krüger como un bien cultural, tratándolo como cultura material cruzada por el proceso de patrimonialización e insertada en el paisaje de las Rutas Nacionales de Inmigración en Santa Catarina. Esa casa, ubicada en la carretera Dona Francisca, en Joinville, fue construida entre 1890 y 1900 con la técnica del fachwerk. La declaración de patrimonio estadual del inmueble ocurrió en 1994, y la federal en 2007, pasando a componer el conjunto de inmuebles de la ruta, bienes que integran el primer sello brasileño de paisaje cultural en Brasil. El trabajo se apoyó en investigación bibliográfica y documental y registro fotográfico. Se concluye que la patrimonialización de la Casa Krüger fue un proceso largo y conflictivo. Actualmente es una Central de Atención al Turista y presenta problemas de conservación.

Palabras clave: patrimonio cultural; paisaje cultural; Casa Krüger; fachwerk; Joinville.

INTRODUÇÃO

A Casa Krüger é um patrimônio histórico edificado e está protegida pelas leis de tombamento estadual e federal. Está localizada na Serra Dona Francisca, uma unidade de conservação de uso sustentável do município de Joinville, no estado de Santa Catarina.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a Casa Krüger como um bem cultural, tratando-a como cultura material atravessada pelo processo de patrimonialização.

Pelo entendimento de que o espaço é híbrido, sem a dicotomia insistentemente constituída entre material e imaterial, cultural e natural, as propostas deste artigo discorrem no campo da cultura e sustentabilidade. Assim, com base na Casa Krüger e em sua capacidade de comunicar e provocar memórias, serão feitas reflexões sobre seu meio.

Chiarotti (2005) é quem abre o diálogo sobre o patrimônio histórico edificado ser entendido como um artefato arqueológico, ou seja, um dos elementos da cultura material. Dessa forma, é necessário perceber a importância da cultura material como linha de pesquisa. Ela “fornece material para a interpretação do passado do homem”,

ou seja, a cultura material tem grande relevância no estudo sobre as populações, sobre a subjetividade humana, quando se entende que “a cultura material compreende os objetos feitos pelo homem e significa que o próprio corpo do homem é um objeto da cultura material, assim como as tecnologias, as técnicas, os artefatos ou o patrimônio histórico edificado” (CHIAROTTI, 2005, p. 302).

A relação das populações com os artefatos vai além das utilizações destes, já que seu modo operacional pode ser modificado. Para esclarecer tal pensamento, propomos um comparativo com outro artefato, dado como exemplo nas discussões de Chiarotti (2005), comum ao cotidiano e que tem seu modo operacional conhecido: uma faca. Inicialmente uma casa é feita para morar, assim como uma faca é criada para cortar. A faca pode ter seu modo operacional modificado, quando, por exemplo, é usada como uma “chave de fenda”. Na atualidade, a Casa Krüger não é moradia; tornou-se pública, é patrimônio histórico edificado, porém ela não deixou de ser casa, assim como a faca não deixou de ser faca quando empregada para outros fins.

O artefato edificado é um elemento ativo na relação com as pessoas, pois ao representar “o pensamento humano numa forma mais palpável” (CHIAROTTI, 2005, p. 313) a casa possibilita um discurso material com potencial para ser lido; suas mudanças ao longo dos tempos também mostram as relações das pessoas com o meio.

Este artigo tem como proposta incitar reflexões sobre o patrimônio histórico edificado como um objeto social, problematizar as práticas sociais e os significados que derivam da cultura material. O patrimônio histórico edificado é entendido no artigo como um artefato arqueológico, ou seja, um dos elementos da cultura material. Procura-se discutir quais as relações das populações com o lugar por meio da Casa Krüger. Atualmente a casa foi adaptada para ser um portal turístico rural de Joinville. O tombamento federal do imóvel conhecido como Casa Krüger ocorreu em 2007, compondo um conjunto de imóveis tombados pelos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina, bens que integram a primeira chancela brasileira de paisagem cultural no Brasil.

Para atingirmos o objetivo proposto foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e registro fotográfico. No presente artigo discutimos o tema central com base na subdivisão: trajetória da Casa Krüger, sistemas e técnicas construtivas, Roteiros Nacionais de Imigração, paisagem cultural e o patrimônio como um campo eminentemente político.

SOBRE A CASA KRÜGER: O ARTEFATO EDIFICADO

No terreno onde hoje está localizada a Casa Krüger, que atualmente abriga a Central de Atendimento ao Turista (figura 1), existia uma propriedade rural de grandes dimensões. Consta na cópia do *Livro de Tombo* da antiga Fundação Cultural de Joinville e atual Secretaria de Cultura e Turismo de Joinville (Secult), documento anexado ao memorial do processo de tombamento da casa (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2016), que aproximadamente entre os anos de 1890 e 1900 foi edificada uma casa em técnica enxaimel, a qual ficava em um ponto alto da propriedade, assim como um rancho que servia às produções ali desenvolvidas para subsistência.

Figura 1 – Casa Krüger – Joinville (SC), 2014

Fonte: Fotografia de Fernanda Dalonso (Joinville, 14 mar. 2014)

Em 1925 a casa foi ampliada: a edificação em técnica construtiva enxaimel foi desmontada e remontada na nova construção, e foi salva a estrutura de madeira, parte antiga da casa, que hoje está identificada como a cozinha e a área de serviço. A técnica construtiva da parte frontal, erigida em 1925, é a de tijolos autoportantes e alvenaria rebocada.

O documento da Fundação Cultural de Joinville menciona que a nova edificação foi encomendada ao construtor Paulo Schwebs, motivada pelo crescimento da família, que resultou na necessidade de ampliar a casa (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2016).

Em exposição de fotos e quadros explicativos existentes atualmente na Central de Atendimento ao Turista⁴, informa-se que a propriedade fora comprada pelo senhor Paulo Schwebs na década de 1910 e que no fim dessa década ele se casou com a senhora Frida Meier, viúva do senhor Robert Krüger. A mesma exposição informa que a senhora Frida Meier em seu primeiro casamento teve dois filhos, Paulo Guilherme Alfredo Krüger e Anita Krüger, e no segundo casamento teve um filho, Arthur Schwebs.

A relação das pessoas com esse lugar está intrinsecamente ligada ao prédio. As mudanças não acontecem somente pelo tempo, mas pela relação, segundo Chiarotti (2005, p. 314): as “mudanças nas funções de algum prédio não são devidas somente ao tempo, mas também à relação das pessoas com esse lugar”.

A casa tornou-se ponto de parada para carroceiros e demais viajantes que passavam pela Estrada Dona Francisca no período da década de 1920. Foi nessa década que a casa teve sua nova construção, com características imponentes.

Ainda pelas informações colhidas na exposição organizada na casa, com o alargamento da Rodovia 301 e a construção da BR 101 a propriedade foi dividida pela estrada e o imóvel ficou desnivelado da rua, o que resulta no represamento de água quando ocorrem chuvas intensas.

⁴ Pesquisa de Dietlinde Clara Rotherth.

O processo de tombamento estadual da casa iniciou-se no ano de 1994, quando a família foi notificada. Em contrapartida foi emitida uma impugnação pelos proprietários para que o processo recém-iniciado fosse anulado. Eles justificavam que não tinham condições financeiras e físicas (por conta de suas idades) para proporcionar a conservação de um monumento histórico. O documento de resposta da família com o pedido para anular o processo de tombamento foi assinado pela senhora Wally Krüger, que na época estava com 80 anos, e pelos demais herdeiros.

Duas enchentes atingiram o patrimônio e provocaram-lhe prejuízos, uma em 1972 e outra em 1995. A segunda trouxe muitos problemas para a casa, inclusive a degradação das pinturas em afrescos da varanda, por conta da limpeza. Com poucos recursos financeiros a família, que ainda era proprietária, solicitou apoio aos órgãos públicos e se colocou à disposição para uma possível venda do imóvel. No documento a família destaca que a casa ainda servia de moradia para a senhora Wally Krüger até a última enchente.

O tombamento estadual do imóvel foi decretado em 1996 (P.T. nº: 073/94, Decreto nº 1.224 de 30 de setembro de 1996) e o federal em 2007 (Processo número 1548-T-07).

Em 1998 a senhora Wally faleceu. A casa ficou abandonada por certo tempo, e nos anos 2000 a negociação de venda com o projeto Roteiros Nacionais de Imigração, iniciada em 1989, terminou. A Prefeitura de Joinville adquiriu o imóvel e começou as obras de restauração no mesmo ano. Destaca-se que se trata da obra de restauro de um bem imóvel já protegido pela lei de tombamento, de maneira que conforme a Carta de Veneza (1964), quando se refere aos processos de restauração, artigo 9.º, “[...] a restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento”, no entanto não foram encontrados indícios de estudo arqueológico durante o processo de restauro da casa.

Não obstante, atualmente a Casa Krüger, enquanto bem tombado, apresenta problemas de conservação.

A Carta de Lausanne (1990), documento normativo resultante da motivação gerada pelo sucesso da Carta de Veneza (1964), enuncia em seu artigo 1.º a definição de patrimônio arqueológico:

O “patrimônio arqueológico” compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

A Casa Krüger, entendida aqui como um artefato enquanto patrimônio histórico edificado, também apresenta outros vestígios da cultura material. Visivelmente é possível identificar ruínas de construções anteriores em seu entorno, e fragmentos de objetos (louças, arcos de ferro, entre outros) foram encontrados na superfície do terreno (figura 2), principalmente na encosta do morro que fica atrás da casa.

Figura 2 – Louça encontrada na superfície do terreno atrás da Casa Krüger, no período do restauro em 2000 (Joinville – SC)



Fonte: Foto de Fernanda Dalonso (Joinville, 18 nov. 2014)

Tais objetos foram encontrados entre a vegetação do entorno durante a limpeza do local no período do restauro e foram guardados pelos funcionários da Fundação Turística de Joinville, a qual nessa época já administrava as atividades relacionadas ao uso turístico da casa.

Esses fragmentos (objetos) podem se apresentar como potencialidades da cultura material para que, com a contribuição da arqueologia, as pessoas pensem sobre seu passado (SYMANSKI; SOUZA, 2007). Além disso, podem fomentar o reconhecimento das diferenças culturais pela arqueologia, proporcionando a pesquisa e a visibilidade de trajetórias que por vezes não são contadas pela história oficial.

De acordo com o Dossiê de Tombamento dos Roteiros Nacionais de Imigração (2007), as adaptações com os materiais e elementos disponíveis para a construção das edificações e o conhecimento da tradição construtiva dos imigrantes provenientes da grande corrente imigratória de contingentes europeus no sul do país na metade do século XIX geraram em Santa Catarina três tipos comuns de sistemas e técnicas construtivas: as estruturas do tipo enxaimel, estruturas autoportantes (de tijolos ou de pedra) e estruturas de madeira. Atualmente estão representados e protegidos por um conjunto de bens edificados tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional decorrentes dos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina. A Casa Krüger, nesse contexto, preserva dois desses sistemas construtivos: o enxaimel e a estrutura autoportante.

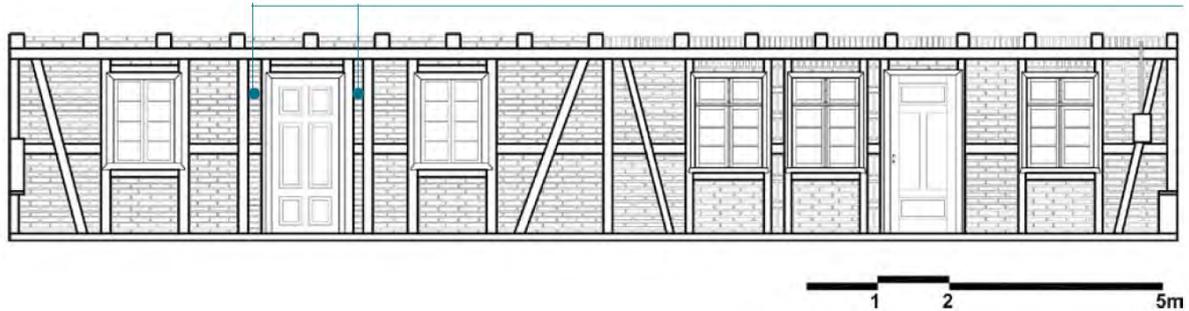
Na estrutura enxaimel (figura 3), a madeira bruta era serrada em peças, as quais posteriormente eram encaixadas, formando um sistema estrutural preenchido por material com a função de vedação, geralmente por adobe (tijolo cru, feito de terra e com adição de fibras), taipa de mão (também conhecida como pau a pique, feito de terra argilosa e misturada com palha ou outras fibras) e tijolos.

As principais características da estrutura em enxaimel das construções em Santa Catarina são: elevação do chão por pilares de pedras ou tijolos, vigas de fundação contínuas de madeira, onde são encaixados os esteios, tramos horizontais que são encaixados nos esteios e tramos diagonais localizados normalmente nas extremidades das estruturas. Há estruturas em enxaimel com vedação de tijolo aparente e de tijolo rebocado.

O método construtivo é caracterizado principalmente pelas habilidades dos carpinteiros, que seguiam determinados procedimentos, como numerar as madeiras com algarismos

romanos para armar a estrutura. A condição estrutural é essencial nessa técnica, mantendo todo um contraventamento e distribuição de cargas. Há casos em que são inseridas colunas gêmeas; esse modo está associado apenas à função decorativa da casa, geralmente utilizada para emoldurar a porta principal.

Figura 3 – Fachada de uma casa em estrutura em enxaimel, com detalhe destacado para as colunas gêmeas (Joinville – SC, 2007)



Fonte: Roteiros... (2007) – Acervo IPHAN-SC

A madeira da estrutura geralmente é deixada exposta, para contrastar com a vedação dos tramos. Tal aspecto é mais comum na parte externa, na interna os contrastes não eram usualmente destacados; nesse caso os tramos das estruturas eram caiados ou rebocados. Na imagem seguinte podemos observar a parte externa da Casa Krüger (figura 4). Aos fundos, onde foram mantidas as estruturas em enxaimel, a madeira está aparente. A divisão que caracteriza a ampliação da casa em 1925 pode ser observada pela técnica construtiva de tijolos autoportantes rebocados.

Na figura 4, pode-se observar a imagem lateral da Casa Krüger. Na parte posterior da edificação, em cor branca, observa-se a antiga casa (antes de 1925) em técnica construtiva enxaimel e madeiras aparentes. Na parte da edificação frontal, em cor amarela, a construção realizada em técnica construtiva de tijolos autoportantes rebocados.

Figura 4 – Casa Krüger – a cor branca designa a técnica construtiva enxaimel, e a cor amarela, a técnica construtiva de tijolos autoportantes rebocados (Joinville – SC, 2014)



Fonte: Foto de Fernanda Dalonso (18 nov. 2014)

A estrutura autoportante foi utilizada no mesmo período em que a estrutura enxaimel era adotada como técnica construtiva, porém um progressivo predomínio da técnica de tijolos autoportantes foi aos poucos substituindo as construções em enxaimel e se tornou a principal nas primeiras décadas do século XX, período em que a Casa Krüger foi ampliada (figura 5).

Figura 5 – Planta da Casa Krüger (Joinville – SC, 2016)



As casas com estrutura de tijolos autoportantes são caracterizadas normalmente pela expressividade plástica, em que a análise de suas características acaba tendo como foco o acabamento das construções, que são de tijolos aparentes ou rebocados. Era muito comum que essas edificações fossem adornadas com estuques (um tipo de argamassa), como se vê nos detalhes da Casa Krüger (figura 6). Internamente as paredes são sempre rebocadas. As casas de alvenaria rebocada representam um momento de avanço da arquitetura dos imigrantes; geralmente eram adornadas com elementos ecléticos.

Figura 6 – Parte frontal da Casa Krüger e os afrescos do artista Stock Marquardt



Fonte: Foto de Fernanda Dalonso (20 jan. 2016)

ROTEIRO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO DE SANTA CATARINA E PAISAGEM CULTURAL

Em 1989 a Fundação Cultural de Joinville (FCJ) e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) oficializaram o projeto Roteiros Nacionais de Imigração, para o qual a Casa Krüger era um bem relevante.

Deu-se início a uma verdadeira disputa no campo patrimonial entre os proprietários do bem e os órgãos públicos, um jogo em que os valores patrimoniais, turísticos e monetários foram discutidos. O imóvel foi adquirido pela Prefeitura de Joinville em 2000, após inúmeras correspondências e acontecimentos, como o tombamento estadual em 1994, a impossibilidade da família de conservar a edificação e a enchente em 1995, que afetou em grandes proporções a estrutura da casa.

Os Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina podem ser entendidos como precursores do conceito e prática da paisagem cultural no Brasil, pois em 2007, quando as discussões de paisagem cultural ainda eram embrionárias (WEISSHEIMER, 2012), instituiu-se o processo de tombamento de bens que estavam relacionados à imigração em Santa Catarina, tendo como proposta, por exemplo, a proteção dos imóveis e a paisagem rural. Segundo o dossiê de tombamento do projeto, para todos os bens se indicou um perímetro de entorno, com o objetivo de preservar especialmente a paisagem e a visibilidade do bem. Por intermédio do projeto se oficializou o tombamento federal da Casa Krüger; nesse período o conceito de paisagem cultural brasileira ainda estava sendo incorporado nas práticas do IPHAN.

A partir de 2007, o Iphan promoveu vários encontros técnicos em parceria com instituições de ensino para debater o conceito de paisagem cultural e sua aplicação no território nacional, o que veio a culminar com a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Trata-se do primeiro documento a abordar especificamente a paisagem cultural brasileira, redigido em agosto de 2007 durante o encontro “Paisagens Culturais: novos conceitos, novos desafios” (VASCONCELOS, 2011-2012, p. 60).

Toda paisagem é cultural. Ela permite, pela materialidade, o diálogo com as representações simbólicas e com as práticas sociais (LUCHIARI, 2001). O que se coloca em discussão é o que é patrimônio a ser protegido na concepção de paisagem cultural.

Até o ano de 2009 ainda não havia se consolidado um instrumento de preservação patrimonial que abarcasse a concepção de paisagem cultural. Foi com a criação da Portaria n.º 127 de 30 de abril de 2009 que a chancela da paisagem cultural teve sua regulamentação. Em seu artigo 1.º estabelece que “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASÍLIA, 2009).

A chancela não substitui outros instrumentos de preservação existentes. Em alguns casos ela é até mesmo acompanhada pelo tombamento de bens materiais e registros imateriais.

A concepção de paisagem possibilita o entendimento integrado do que é capaz de provocar memórias e processos de identificação. É resultado da ampliação da concepção de patrimônio, em que podemos destacar como um dos marcos relevantes a Carta de Veneza de 1964, a qual considera o sítio urbano ou rural como provedor do testemunho de uma civilização.

Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas. Por conseguinte, as mudanças morfológicas na paisagem não são inócuas e não podem ser analisadas em apartado às práticas sociais (LUCHIARI, 2001, p. 13-14).

A Casa Krüger é cultura material inserida em um contexto maior: é um dos patrimônios edificados que compõem a paisagem da Serra Dona Francisca (figura 7), uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Figura 7 – Vista da Serra Dona Francisca



Fonte: Fotografia de Fernanda Dalonso (Joinville, 11 jan. 2014)

Também conhecida como Estrada Dona Francisca, pertence ao município de Joinville, estado de Santa Catarina. Joinville teve colonização germânica, fato devido à venda das terras recebidas como parte do dote destinado ao Príncipe François Ferdinand Philippe de Orleans (filho do rei da França) quando se casou com a Princesa Francisca Carolina (filha de D. Pedro I, Imperador do Brasil). Por conta de uma crise financeira gerada pelo destronamento e exílio do Rei Luiz Felipe, pai do Príncipe François, na revolução ocorrida em 1848 na França, a família vendeu parte das terras para a Sociedade Colonizadora Hamburguesa. Entre 1851 e 1897 a Sociedade Colonizadora enviou para a região mais de 240 navios e cerca de 20 mil imigrantes; ao longo de todo o processo de imigração relacionado à Sociedade Colonizadora predominou a vinda de germânicos (BÖBEL; S. THIAGO, 2010; GREIN, 2012).

A construção da Estrada Dona Francisca foi administrada e financiada pelo Estado no Segundo Império. Fundamental para a consolidação da colonização, ligando o litoral com o planalto, a estrada permitia escoar a produção de erva-mate do planalto pelo porto de São Francisco do Sul, viabilizando também novos núcleos coloniais acima da serra. A rodovia SC 301 inicia-se em Joinville, segue para Campo Alegre até São Bento do Sul e faz intersecção com a BR 280. Municípios que estão na rota da Serra Dona Francisca (por exemplo, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra) foram ligados pela serra, o que nos faz compreender que durante o período do século XIX e início do XX a Serra Dona Francisca pode ser entendida como uma estrada que ligava o comércio do norte de Santa Catarina, influenciando no desenvolvimento econômico, político e cultural da cidade (GREIN, 2012).

Conforme mencionado, o processo de imigração germânica deixou marcas culturais em Joinville, as quais formam um referencial de passado da cidade que está representado na contemporaneidade por meio do rural (GREIN, 2012), como a Casa Krüger.

As representações alusivas à colonização da região foram sendo operacionalizadas em roteiros culturais que fomentam atividades turísticas promovidas tanto pelo poder público como pelo privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa Krüger, como patrimônio histórico edificado, não é passiva enquanto reflexo de uma sociedade; ela é a comunicação não verbal de uma ideologia e, como objeto social, é carregada de valores e sentidos.

A proposta do artigo foi incitar reflexões sobre o patrimônio com base nessa casa, como bem cultural situado em uma paisagem rural. Dessa forma, buscou-se dialogar sobre as coisas ou práticas que derivam da cultura material, entendendo que seus significados são mobilizados pela sociedade, pois as significações e valores não estão nas coisas, mas nas práticas sociais (MENESES, 2007).

Para Meneses (2007), o campo patrimonial é arena de conflitos, é um campo político, e nesse jogo de poder revela-se a complexidade do campo, que exige constante postura crítica: “[...] a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige a capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais”.

Conflitos foram evidenciados no artigo na análise da Casa Krüger e em suas relações com os Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina desde 1989: o jogo de valores entre o patrimônio particular e o patrimônio público, a disputa pelo tombamento ou não tombamento e, em um contexto mais amplo, a relação da casa com a paisagem em uma Área de Proteção Ambiental.

A Casa Krüger serve ao turismo, impressiona com sua arquitetura e provoca perguntas inquietantes quando se observa que a estrutura não “vai bem”, o “bem” não está “bom”. Mas diante de tais provações surge uma possibilidade: o (re)pensar sua gestão, não onde o turismo, a casa, a Área de Proteção Ambiental, as pessoas estejam isolados. Esse patrimônio

histórico edificado e seus tantos outros artefatos “gritam” com sua comunicação não verbal aos “ouvidos críticos” e apresentam potencialidade para novas pesquisas e novas reflexões sobre uma gestão compartilhada, não dicotomizada e sustentável dessa paisagem cultural, em um campo eminentemente político.

AGRADECIMENTOS

À Capes a bolsa recebida pela primeira autora para realização de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Ao Sr. Raul Walter da Luz, ex-coordenador da Área de Patrimônio Cultural, à sua equipe, da antiga Fundação Cultural de Joinville, e ao Sr. Luiz Carlos Casas Filho, recepcionista turístico da antiga Fundação Turística de Joinville. Ao Sr. Valério Schiochet, ex-presidente da antiga Fundação 25 de Julho. E à Sra. Arlete Bertoldi, bisneta da Sra. Frida Meier e do Sr. Robert Krüger.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, N. T. **Proteção ambiental e ruralidade:** agricultores familiares em áreas naturais protegidas no município de Joinville. 2006. 197 f. Dissertação (Sociologia)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

BÖBEL, M. T.; S. THIAGO, R. **Joinville – os pioneiros:** documento e história – 1851 a 1866. v. 1. 2. reimp. Joinville: Editora Univille, 2010.

BRASÍLIA. **Portaria n.º 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Brasília: Presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paisagem%20Cultural%20Brasileira%20DOU%202009.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CARTA de Lausanne. 1990. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CARTA de Veneza. Maio 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CHIAROTTI, T. M. O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul.-dez. 2005.

FÁVERO, I. O turismo nos caminhos de pedra. In: BRAMBATTI, L. E. **Roteiros de turismo e patrimônio histórico.** Porto Alegre: EST Edições, 2002. p. 205-253.

FICKER, C. **História de Joinville:** crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Cópia do processo administrativo de tombamento da casa Wally Krüger.** FCJ.CPC 2002.005 [acervo arquivístico do órgão]. 2016 [data da cópia].

GREIN, G. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. Joinville: Editora Univille, 2012.

JOINVILLE. **Decreto-Lei n.º 20.451**, de 17 de abril de 2013. Aprova o plano de manejo da área de proteção ambiental Serra Dona Francisca. Joinville, 2013. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura-e-camara/4620/leis-de-joinville.html>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 9-28.

MACHADO, A. R. R.; MACHADO, M. H. R. **Planta da Casa Krüger**. Joinville, 2016. Imagem desenvolvida pelos profissionais de *Design* concedida a Fernanda Dalonso e Mariluci Neis Carelli.

MENESES, U. B. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: o desafio da preservação, Brasília, n. 33, p. 37-57, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO; PROJETO DE REVITALIZAÇÃO AMBIENTAL E QUALIFICAÇÃO URBANA EM ÁREAS DAS BACIAS ELEMENTARES DOS RIOS CACHOEIRA, CUBATÃO E PIRAI – VIVA CIDADE. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca**. Joinville, 2012. 78 p.

ROTEIROS Nacionais de Imigração: Santa Catarina – Dossiê de Tombamento. v. I e II. Histórico, análise e mapeamento das regiões. Ficha técnica. 2007. Acervo do IPHAN-SC.

SYMANSKI, L. C.; SOUZA, M. A. T. de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: o desafio da preservação, Brasília, n. 33, p. 215-243, 2007.

VASCONCELOS, M. C. de A. As fragilidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n. 13, p. 51-73, nov. 2011-abr. 2012.

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. In: II COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: paisagem cultural, patrimônio e projeto – desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 19 a 21 de novembro de 2012.